

MÃE, CUIDADORA E TRABALHADORA:

AS MÚLTIPLAS IDENTIDADES DE MÃES QUE TRABALHAM

*Leila Sanches de Almeida**

RESUMO

Nas últimas décadas, muitas mulheres da camada média brasileira assumiram simultaneamente os papéis de trabalhadora e mãe, funções habituais à maioria das mães trabalhadoras da camada popular. Este estudo, fundamentado na Rede de Significações, investigou os sentidos construídos sobre maternidade, cuidados infantis e trabalho por quatro trabalhadoras da camada média e seis grupos de mães trabalhadoras da camada popular. Foram realizadas entrevistas e grupos-focais. As mulheres atribuíram exclusivamente à mãe a função de educar e cuidar dos filhos. Elas encontram dificuldade em integrar os papéis de mãe e trabalhadora. O trabalho assume diferentes sentidos nas duas camadas sociais.

Palavras-chaves: Identidade. Maternidade. Cuidados infantis. Trabalho feminino. Subjetividade.

MOTHER, CAREGIVER AND WORKER:

WORKING MOTHERS AND THEIR MULTIPLE IDENTITIES

ABSTRACT

In the last decades, several Brazilian middle class mothers began to work. Lower class women have always both worked and taken care of their children. Assuming the perspective of the Network of Meanings, this study investigates the senses of motherhood, child care and labor among four middle class working mothers and six groups of lower class working mothers. We carried out interviews and focus groups. These women understand that the education and the caring of the children is the mother's exclusive responsibility. They find it difficult to integrate motherhood and work. Labor has different senses in those two social classes

Keywords: Motherhood. Childcare. Femalelabor. Identity. Subjectivity.

* Programa EICOS / Instituto de Psicologia / UFRJ. End.: Av. Pasteur, 250 - fds. Pavilhão Nilton Campos. Praia Vermelha. Rio de Janeiro (RJ). 22290-000. Tel.: (21) 3873-5348.
E-mail: leilasanches@ufrj.br

INTRODUÇÃO

O trabalho feminino sempre esteve presente na história social das famílias brasileiras através das mulheres das camadas populares. Contudo, especialmente a partir dos anos de 1960, tem-se assistido a uma grande valorização do trabalho feminino por parte das mulheres das camadas médias. Assim, as mães trabalhadoras das camadas médias se vêem diante de um processo já conhecido pelas mães trabalhadoras das camadas populares: a necessidade de integrar à sua identidade mais um papel - o de trabalhadora. Sabendo-se que o papel de mãe, desde o século XVIII, evoca o lar e os cuidados infantis e que o papel de trabalhadora usualmente requer o afastamento do lar, este estudo tem como objetivo conhecer como as mulheres desses dois grupos sociais atualmente lidam com as identidades de mães e trabalhadoras e que sentidos elas atribuem à maternidade, aos cuidados infantis e ao trabalho.

MULHER, FAMÍLIA E SOCIEDADE

É comum definir-se a família como a instituição social que reflete a estrutura econômica e política de uma determinada sociedade (CASEY, 1992). No entanto, ela também atua na formação e organização da sociedade. Através do convívio familiar e, em um nível mais amplo, do processo de interação social, as pessoas se constituem enquanto sujeitos e cidadãos, membros da sociedade.

Algumas breves considerações sobre a história social da família apontarão normas e valores atribuídos às mulheres, aos cuidados infantis e ao trabalho feminino ao longo do tempo.

Na história brasileira, a família patriarcal do Brasil Colônia era extensa, composta por membros consanguíneos ou não (pais, filhos, outros parentes, agregados e serviçais) que circulavam livremente no seio familiar (FREIRE, 1975). O pai era a figura de incontestável autoridade na família. À mãe, cabia a educação dos filhos, a administração da rotina doméstica e o comando dos serviçais. Os filhos não eram separados dos adultos e, portanto, observavam e compartilhavam experiências diversas. Mesmo as particularidades regionais brasileiras não destituíam da mulher as características de submissão e docilidade em relação ao patriarca. A mulher nordestina, com atividades mais voltadas para o interior da casa-grande, era claramente dócil e passiva, enquanto que a mulher da região sul, apenas na ausência do marido, adotava um perfil mais ativo para poder administrar a fazenda e controlar os criados.

Nas famílias de camponeses, no entanto, tanto os homens como as mulheres trabalhavam. Conseqüentemente, as crianças acompanhavam seus pais nas suas atividades ou ficavam em casa sob a guarda de um irmão mais velho (FONSECA, A., 2000).

Ao longo da história da sociedade brasileira, mudanças sociais e demandas familiares conduziram a transformação da família patriarcal em um modelo de família nuclear. Em meados do século XIX, com a valorização da intimidade no

lar, emergiu este novo arranjo familiar, formado por pai, mãe e filhos, e que limitava suas trocas sociais aos avós, tios e primos (FROTA, 2003). As atribuições dos papéis familiares pouco mudaram em relação ao modelo patriarcal. A mulher deveria desempenhar o papel de boa mãe, cuidando e educando os filhos, e de boa esposa, dando suporte para o trabalho do marido fora do lar (NEDER, 2004). O trabalho ainda era um encargo masculino.

Até hoje ainda é difundido em nossa sociedade que cabe apenas à família conjugal a criação e educação dos filhos, sendo os cuidados infantis atribuídos à mulher. Diante da tarefa de cuidar dos filhos, as mulheres trabalhadoras da camada média buscam vários arranjos: avós, tias, babás, creches e escolas são as soluções mais utilizadas. Algumas, eventualmente, podem contar com o auxílio do marido. Entretanto, como o trabalho é organizado por gênero na nossa sociedade, ainda não foi absorvida a participação masculina em atividades familiares domésticas (RIDENTI, 1998; ROCHA-COUTINHO, 2003).

Já na história das camadas populares, raramente as mães puderam se dedicar inteiramente a seus filhos. No início do século XX, 42% das mulheres pobres do Rio Grande do Sul já trabalhavam, sendo seus filhos cuidados por avós ou outras pessoas (FONSECA, C., 1989). Atualmente, nas famílias pobres, a tarefa materna de cuidadora ainda é dividida com membros da rede familiar mais ampla ou com vizinhos da comunidade (SARTI, 1995). Porém, muitas vezes, é o filho mais velho quem toma conta dos irmãos menores (AMAZONAS *et al.*, 2003).

A representação da família nuclear ainda é predominante na atualidade, apesar da família também assumir outras configurações. A valorização dada ao seu modelo e às atribuições dos pais alcança e permanece nas famílias das camadas populares como um ideal almejado (BILAC, 1995). É a família pensada no cotidiano das famílias que vivem na pobreza (SZYMANSKI, 1997), revelando-se especialmente nos momentos de autocritica sobre o próprio modo de vida.

Tomando-se, agora, especificamente a questão do trabalho feminino, os estudos nos apontam que mulheres de diferentes camadas sociais têm objetivos diversos em relação a essa atividade. De modo que, nomeá-la como uma atividade “extrafamiliar”, pode ser um tanto impreciso.

Nas camadas médias, o trabalho feminino é um projeto individual, elaborado no interior de uma história familiar (VELHO, 1987), apesar de circunscrito pela cultura. É uma atividade voltada para a satisfação pessoal que, além de proporcionar status, leva ao crescimento individual, faz parte do processo de constituição da identidade. No entanto, mesmo tendo as mulheres das camadas médias conquistado o direito ao trabalho e à escolarização, continuam a lhes ser atribuídos antigos valores e funções, tais como submissão, abnegação, tarefas domésticas, cuidados infantis, entre outros (BIASOLI-ALVES, 2000). Estes valores, chocando-se com suas recentes conquistas, fazem com que elas se sintam responsáveis e culpadas pelas mudanças e acontecimentos indesejáveis no âmbito de suas relações familiares.

Assim, as próprias mulheres acabam tomando atribuições familiares como tarefas domésticas e cuidados infantis enquanto tarefas exclusivamente femininas (ROCHA-COUTINHO, 2003). Nas camadas médias, o conflito entre trabalho e função materna adquire maior visibilidade. Ser mãe e profissional é assumir identidades múltiplas e contraditórias, construídas socialmente e em permanente processo de mudança (HALL, 2001; LOURO, 1997).

Nas famílias das camadas populares, o trabalho feminino assume muito mais o sentido de um benefício para a família do que uma afirmação da individualidade (SARTI, 2003). As relações familiares seguem um padrão de autoridade e hierarquia, o que dificulta a afirmação individual. Há uma predominância dos deveres em relação aos familiares sobre os projetos individuais. Melhorar de vida é um projeto familiar, é observar a família progredir. O trabalho individual é o instrumento que torna possível esse projeto e, no caso das mulheres, não tira o lugar de autoridade do homem.

De um modo geral, vemos que as relações familiares têm uma base moral (SARTI, 2003). Os papéis sociais que a constituem, com suas atribuições e funções, vinculam-se a um sistema de valores que norteia a concepção do mundo social e o comportamento dos integrantes familiares nesse mundo.

O PROCESSO DE SIGNIFICAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS

Os valores sociais associados ao trabalho, à maternidade e aos cuidados infantis fazem parte de um vasto conjunto de significados historicamente produzidos e constituem a matriz sócio-histórica do sujeito. Assim, os significados (sócio-históricos) que uma mulher atribui a essas questões (trabalho, maternidade) são mobilizados nas situações cotidianas que envolvem a sua vida pessoal e profissional. Eles atuam no processo de construção de sentidos sobre essas questões, pois inserem-se na rede de significações da pessoa e, junto a outros fatores, circunscrevem os possíveis sentidos a serem constituídos na situação em questão. Os significados sócio-históricos, enquanto circunscritores, limitam o leque de opção para os sentidos em construção, disponibilizando os sentidos possíveis.

Na perspectiva da Rede de Significações (ROSSETTI-FERREIRA *et al.*, 2004) a construção de sentidos envolve contextos sociais, conteúdos da matriz sócio-histórica (sociais, econômicos, políticos, históricos e culturais) e é mediada por pessoas (ALMEIDA, 2001-2002). As pessoas desempenham vários papéis, em (e de acordo com) ambientes culturalmente organizados e socialmente regulados (VALSINER, 1987).

As relações sociais são dialógicas. São um espaço onde ocorrem trocas comunicativas e negociações, o que possibilita a construção gradativa de significados e conhecimentos sobre o mundo exterior e o próprio 'eu' (ALMEIDA, 2001-2002; ROSSETTI-FERREIRA *et al.*, 2004).

As pessoas significam o processo de interação social através da construção de sentidos, individuais, e do uso de significados, sócio-históricos (VYGOTSKY, 1934/1991). Um instrumento privilegiado que possibilita a apreensão e a mate-

rialização dessas significações é a linguagem. À medida que o homem utiliza e se apropria das diversas linguagens existentes (gestual, oral, escrita, etc.), passa a ter acesso a um vasto conjunto de significados historicamente produzidos, que integram a sua cognição. Contudo, enquanto um ser ativo, ao se apropriar dessas linguagens, desses significados presentes em uma determinada cultura, ressignifica-os, conferindo-lhes um outro sentido (individual) que co-existe com o significado sócio-histórico. No entanto, não se deve desconsiderar que os próprios significados sócio-históricos, transmitidos por valores, crenças e normas sociais, são instáveis, e podem mudar. Isto porque eles remetem a pessoa a outros significados (os excludentes, os suplementares) que são mobilizados no processo de significação, em função do contexto, das atividades e relações do indivíduo. Os conteúdos da matriz sócio-histórica são polifônicos e polissêmicos.

Logo, a subjetividade individual é configurada tanto pelo processo de significação quanto pelas diversas formas de organização subjetiva da pessoa (GONZÁLEZ REY, 2003), de modo que na pós-modernidade ela inclui identidades que se alternam (HALL, 2001).

QUESTÃO EM ESTUDO E PROCEDIMENTOS

A partir dessas considerações, o presente estudo investigou os sentidos construídos sobre maternidade, cuidados infantis e trabalho por quatro mães trabalhadoras da camada média e por seis grupos de mães trabalhadoras da camada popular.

Os dados aqui utilizados, de entrevistas e grupos-focais conduzidos com 53 mulheres, foram extraídos dos meus dois últimos estudos sobre família e cuidados infantis. Ambos possuíam os temas “família, trabalho e cuidados infantis” entre os eixos norteadores das entrevistas e dos grupos.

A primeira investigação a que me refiro (ALMEIDA; ROSSETTI-FERREIRA, no prelo) objetivou acompanhar os seis primeiros meses de inserção de quatro bebês (e suas famílias) em uma creche, após o término do período de férias coletivas da instituição. Foram realizadas entrevistas na creche com as educadoras (que não constam deste estudo) e 32 entrevistas, em locais variados, com as mães (primíparas ou não) dos bebês. Todas as mães (22-37 anos de idade) eram da camada média, tinham, no mínimo, o segundo grau completo e exerciam uma atividade profissional, diária, fora do lar (professora universitária, auxiliar administrativa, estagiária de graduação e pesquisadora). Três delas eram casadas. Uma era solteira.

O outro estudo tratava-se de uma pesquisa sobre as famílias e os cuidados infantis em um complexo de 11 favelas (ALMEIDA, 2004). Foram conduzidas diversas entrevistas com lideranças comunitárias e grupos-focais (GF) com outros adultos e adolescentes das comunidades. Para o corrente estudo, utilizo os dados coletados em seis grupos-focais, realizados em cinco creches comunitárias e na sede comunitária da Pastoral da Criança, que contaram com a participação de 49 mães (16-53 anos de idade, algumas primíparas). Todas eram moradoras de favelas do complexo e tinham como grau máximo de instrução o segundo grau

incompleto. Como a maioria não terminara de cursar o primeiro grau, grande parte dessas mulheres era faxineira. Uma parcela menor era empregada doméstica e uma minoria tinha outras ocupações (auxiliar de creche, vendedora ambulante...). Todas trabalhavam, apesar do índice de desemprego nas favelas em que elas residiam ser muito alto. A maior parte delas não tinha marido ou companheiro. Quanto a seus filhos pequenos, freqüentavam uma creche comunitária. Cabe esclarecer que a maior demanda dos moradores das favelas na esfera dos cuidados infantis era a ampliação do número de creches.

Os dados coletados nas entrevistas e grupos-focais, gravados, foram transcritos na íntegra (considerando-se os erros gramaticais, pausas, ênfases, hesitações, choro, riso, etc.) e submetidos à análise de conteúdo (BARDIN, 2000). Após exaustivas leituras, procedeu-se a um recorte das falas. Obteve-se um total de 95 recortes: 41 de entrevistas (15 sobre maternidade, 11 sobre cuidados infantis, 3 sobre trabalho e 12 sobre maternidade X trabalho) e 54 das falas nos grupos-focais (21 sobre maternidade, 16 sobre cuidados infantis, 14 sobre trabalho e 3 sobre maternidade X trabalho).

O estudo atendeu às normas e procedimentos instituídos na Resolução 196/1996 do CNS-MS. Todos os participantes assinaram um termo de consentimento informado.

CONCEPÇÕES SOBRE MATERNIDADE, CUIDADOS INFANTIS E TRABALHO

A primeira análise empreendida foi sobre o sentido de maternidade. Todas as mães associaram maternidade a cuidados infantis.

As quatro mães da camada média (mães a, b, c e d) disseram que cabe à mãe cuidar da criança, tendo duas delas explicitado que o lar é o local desejável para os cuidados (mães a e b). Elas entendem que brincar, passear com a criança, também faz parte do cuidar. Todas elas ficaram integralmente com o bebê durante a licença-maternidade. Após este período, quando não estavam no trabalho, sempre procuravam estar na companhia do filho (“... qualquer lugar que eu vá, ela está junto comigo” _ mãe c). É interessante que todas falaram que o pai não participa muito dos cuidados com o bebê, contudo, duas mães disseram que são elas que fazem questão de estabelecer, controlar e sempre que possível assumir sozinha as atividades da rotina com o bebê, pois elas (as mães) é que sabem o que é melhor para a criança. Uma, inclusive, disse que só ela sabe cuidar adequadamente (“... ele é totalmente despreparado, porque foi a primeira criança que ele começou a cuidar, né?” _ mãe a).

As mães da camada popular também consideraram que ser mãe é ser a responsável pelos filhos (“... geralmente tem mãe-pai, né?... porque geralmente eles nem vêem, nem sabem o que tá acontecendo com as crianças” _ mãe do GF1). Cabe à mãe conversar, orientar, dar limites, afeto, conforto, educar e brincar com as crianças. No entanto, várias comentaram que existem mães nas favelas que deixam para a creche a função de disciplinar a criança (“... a mãe acha que o filho vai pra escola, lá que ele tem que aprender. Em casa, nem te ligo... acontece muito disso” _ mãe do GF2).

Quanto aos cuidados infantis, as mães da camada média relataram ter se sentido muito inseguras nos primeiros meses de cuidados do bebê, apesar do suporte que tiveram de parentes. Ao retornarem aos seus trabalhos, essas mães matricularam seus filhos em uma creche. Quanto à existência de uma rede social de apoio aos cuidados, duas mães podiam contar com a família. Uma dessas ainda, também tinha uma vizinha para cuidar de sua filha quando ela não estava no trabalho e precisava se ausentar rapidamente de casa. As duas outras mães não podiam contar nem mesmo com familiares. Os processos de inserção na creche e separação de seus filhos causaram sofrimento e culpa nas mães, principalmente no primeiro mês de permanência da criança na instituição (“... Infelizmente eu tenho que trabalhar” _ mãe a). A constatação de que o bebê ficava bem com as educadoras da creche causou diferentes sentimentos. Duas mães expressaram alívio da culpa que sentiam (“... cheguei e vi que ela ta bem... que ela tava bem, ela sobreviveu. Bom, então, de fato, alguém sabe cuidar além de mim” _ mãe c). Uma terceira mãe sentiu-se ambivalente e enciumada (“... quando a gente chega e, por exemplo, e elas falam: Ah, ela ficou superbem. Aí cê... cê num sabe se cê fica... feliz... ou não. Porque, puxa, ela ficou bem sem mim, né?” _ mãe b) E a outra mãe ficou surpresa (“... a adaptação dela tá sendo mais fácil... do que eu esperava”). Neste último caso, a mãe não acreditava que a creche pudesse trazer benefícios para a criança:

A gente cria muito fantasma. Fantasma que a minha mãe vê de creche assim, de criança suja, criança que tá presa, criança que berra, e chora de [...] tipo assim, das tias que ficam judiando da criança. É essa idéia que a minha mãe tem de creche e que de alguma forma eu também criei na minha mente. (Mãe a)

Na camada popular, os filhos das mães trabalhadoras que participaram do estudo também freqüentavam creche. Duas destas mães também já deixaram seus filhos com mães crecheiras, o que também consideram uma boa solução para os cuidados, mas, segundo os relatos dessas mães, não é esta a realidade das favelas em geral. Há poucas creches comunitárias e a maior parte das famílias não podem pagar uma creche particular ou uma mãe crecheira. Quando as avós não moram junto com seus filhos constituindo uma família extensa, não é hábito as mães levarem os filhos para a casa de avós. Elas costumam deixa-los sozinhos, ficando o filho mais velho responsável por seus irmãos (“... a minha vizinha... deixa a filha de dez, a outra que tem 14 anos, o rapaz tem 12 anos, para olhar uma de, de cinco anos, de três anos. Porque a creche geralmente é pago... Já não tem vaga” _ mãe do GF3).

É comum, ainda, pedirem aos vizinhos para de vez em quando olharem as crianças. É generalizada a demanda por creches comunitárias.

Mesmo no caso das crianças que freqüentam creche, elas só podem fazê-lo até certa idade. Depois, se não houver um programa social que as ocupe fora do horário escolar, elas tendem a ficar sozinhas e saírem para se distrair na rua.

Em relação ao trabalho, um primeiro dado digno de menção é o perfil das atividades desempenhadas pelas mães. Todas as mães do estudo tinham uma

atividade de perfil feminino: professoras, secretária, educadoras de creche, empregadas domésticas, faxineiras e mãe crecheira. Vê-se que, até mesmo ao procurarem um trabalho ou profissão, as mulheres tendem a carregar as atribuições que ao longo dos séculos vêm sendo tidas como essencialmente femininas: prestação de cuidados, subserviência, educação, etc.

Todas as mães da camada média sentiram-se sobrecarregadas quando retomaram suas atividades profissionais após a licença-maternidade. Como não tinham tempo para fazer em casa nenhuma atividade do trabalho, suas tarefas ficavam atrasadas (“... eu tô com um monte de coisas prá fazer e tá tudo atrasado, né? Tudo” [riso nervoso] _mãe d). Ao término do horário de trabalho, todas se apressavam para ir de encontro a seus filhos. Três das quatro mães tinham o trabalho como um projeto individual. Uma delas contou que inclusive tentou fazer a inscrição da criança na creche durante a gravidez, para garantir que não precisaria abandonar o trabalho para ficar em casa tomando conta da filha. Apenas no caso de uma mãe, cujo marido estava desempregado, o trabalho era voltado para beneficiar a família (“... Eu tenho que trabalhar” _mãe b).

Já as mães da camada popular fizeram vários relatos que situavam o trabalho como uma necessidade para a obtenção ou complemento da renda familiar, visando o benefício da família (“... é o suficiente pra sobreviver, né? Dá pra gente levar” _mãe do GF4). Em nenhum caso o trabalho teve a feição de projeto individual:

Eu acredito que não há uma idade para trabalhar, há a idade da necessidade, entendeu? [...] eu comecei a trabalhar eu tinha dez anos. Então jamais eu quero isso para as minhas filhas. Eu quero tentar fazer o máximo que elas estudem, que eu não pude estudar, entendeu? (outra mãe do GF2).

Uma fala ilustra como o trabalho feminino, mesmo que seja a única fonte de renda na família, é tido como uma renda complementar: “... elas precisam ajudar no orçamento. Às vezes o marido tá desempregado... é mais fácil pra ela, porque existe casa de família. A mulher pode ser diarista, pode passar, lavar e o homem não” (mãe do GF5). Viu-se, ainda, que a grande maioria dessas mulheres não conseguiu conciliar o trabalho com os estudos e acabou abandonando a escola (“... eu tenho que trabalhar e não tenho como estudar” _mãe do GF6). O trabalho nessa camada costuma ter como características: baixos salários e horário de trabalho extenso. Em muitos casos, também se situa em bairros distantes.

Por fim, cabe analisar a integração das identidades de mãe e trabalhadora. Todas as mães da camada média tiveram dificuldade em conciliar a maternidade e o trabalho. Duas delas relataram, inclusive, que haviam achado que não conseguiriam retornar ao trabalho após a licença-maternidade. Vejamos uma das falas: “... eu achava que nunca iria conseguir deixá-la para voltar a trabalhar” (mãe c). Com o retorno ao trabalho, era clara a divisão que sentiam entre o investimento no trabalho e a dedicação aos cuidados do bebê:

[...] A volta ao trabalho é fundamental [...] Às vezes têm pessoas que param, né, vão [...] Não. Num, num pode. A

gente tem que voltar. A gente tem o lado de satisfação, né, pessoal da gente [...] Mas ela (o bebê) é superimportante, é fundamental. Eu não posso me imaginar sem estar trabalhando. (mãe *d*).

A mãe, cujo marido estava desempregado, sentia muita tristeza por não poder ficar com a filha (“ah, eu não posso cuidar da minha filha” _ mãe *b*). Cumpre esclarecer que ela era formada em uma área distinta da qual estava empregada.

Nos grupos de mães da camada popular, houve apenas três queixas sobre a dificuldade de conciliar a maternidade com o trabalho. Uma mãe contou:

[...] às vezes eu sinto que eu abandono um pouco a minha família... Esses dias eles estavam reclamando: a senhora só quer saber da creche, você não quer mais saber da gente [...] Aí tem dia que tenho que dedicar a eles, pra poder suprir aquela falta que eles sentem. (outra mãe do GF3).

Outro caso que também aponta para a dificuldade em conciliar maternidade e trabalho é o da mãe crecheira. Ela conta que escolheu essa atividade porque adora cuidar de crianças e que não dá tratamento diferenciado a seus filhos quando também está tomando conta das outras crianças na sua casa. No entanto, depois se contradiz: “... então eu me desdubro. Porque eu, no fundo, no fundo, os meus filhos me tomam mais, mais tempo do que o... as crianças que eu cuido” (outra mãe do GF6). Isto mostra que ela prioriza os cuidados em relação aos seus filhos e a forma que encontrou de poder continuar lhes cuidando e ter uma fonte de renda foi sendo mãe crecheira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existe uma atribuição no sentido de maternidade que se mostrou comum entre as mulheres trabalhadoras das camadas média e popular que participaram deste estudo: o cuidado e a educação dos filhos. Estes valores sempre foram atribuídos à figura feminina desde o tempo do Brasil Colônia. Provavelmente por isto é que estes significados integram a matriz sócio-histórica das mulheres estudadas.

Na camada média, as mães continuaram a se ver como a responsável pela educação e cuidados infantis, mesmo quando podiam contar ou dividir essas tarefas com uma rede social de apoio, como o marido, avó, etc. Já algumas mães da camada popular parecem conseguir dividir, e algumas até mesmo delegam a educação e o cuidado dos filhos a um membro da família ou a alguma outra instituição (creche, escola,...).

Acredita-se que, em parte, o maior nível de dificuldade apresentado pelas mães trabalhadoras da camada média em conciliar a maternidade com os cuidados infantis seja devido ao significado primeiro dado ao trabalho por essas mulheres: é um projeto individual (VELHO, 1987) que requer o dispêndio de grande quantidade de tempo fora do lar, implicando em menor participação direta na vida familiar. Enquanto que na camada popular trabalha-se, acima de tudo, para garantir

as necessidades básicas da família, e não a satisfação pessoal. Há de se considerar também que as mulheres pobres sempre trabalharam (FONSECA, C., 1989), enquanto que o trabalho é uma conquista recente da mulher da camada média, tendo ganhado fôlego no século XX, principalmente a partir da década de 1970.

Contudo, em ambas as camadas, o significado atribuído à maternidade antagonizava-se e coexistia com os sentidos construídos sobre trabalho, o que em muitos casos gerou explicitamente um sentimento de culpa em relação aos cuidados dispensados aos filhos.

Por fim, de um modo geral, as mulheres pareceram não conseguir integrar em uma identidade única os papéis de mãe e trabalhadora. Seu *self* é constituído de identidades que se deslocam. As mulheres trabalhadoras tanto assumem, como lhes são atribuídos, diversos papéis e posições, às vezes contraditórios. Isto gera uma alternância de identidades em diferentes momentos, o que parece ocorrer mais freqüentemente no sujeito contemporâneo (HALL, 2001). O sujeito é um ser múltiplo (ROSSETTI-FERREIRA *et al.*, 2004).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. S. de. *Rede de relações sociais: um processo dialógico. Série Documenta*, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 12-13, p. 97-109, 2001-2002.

_____. Famílias e relações familiares em favelas do subúrbio do RJ. In: JORNADA DE PESQUISADORES DO CFCH, 6., 2004, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. 1 CD-ROM.

ALMEIDA, L. S. de; ROSSETTI-FERREIRA, M. C. Transformações da relação afetiva entre o bebê e a educadora na creche. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. No prelo.

AMAZONAS, M. C. L. A. *et al.* Arranjos familiares de crianças das camadas populares. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 8, p. 11-20, 2003. Número especial.

BARDIN, L. *Análise do conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2000.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v.16, n. 3, p. 233-239, set./dec. 2000.

BILAC, E. D. Sobre as transformações nas estruturas familiares no Brasil: notas muito preliminares. In: _____. RIBEIRO, I.; RIBEIRO, A. C. (Org.). *Famílias em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola, 1995. p. 43-61.

CASEY, J. *A história da família*. São Paulo: Ática, 1992.

FONSECA, A. L. B. da. *Práticas educativas no contexto familiar das mães adolescentes*. 2000. Dissertação (Mestrado)—Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

FONSECA, C. Pais e filhos na família popular. In: _____. D'INCAO, M. A. (Org.). *Amor e família no Brasil*. p. 95-128. São Paulo: Contexto, 1989. p. 95-128.

FREIRE, G. *Casa-Grande & Senzala*. 17. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.

FROTA, L. M. *Mães antes do tempo: a construção da maternidade em adolescentes de classe média*. 2003. Dissertação (Mestrado)—Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

GONZÁLEZ REY, F. *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

NEDER, G. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: _____. KALOUSTIAN, S. M. (org.). *Família brasileira: a base de tudo*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 26-46.

RIDENTI, S. G. U. A desigualdade de gênero nas relações parentais: o exemplo da custódia dos filhos. In: _____. ARILHA, M.; RIDENTI, S. G. U.; MEDRADO, B. (Org.). *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: Ecos/Editora 34, 1998. p. 163-184.

ROCHA-COUTINHO, M. L. Quando o executivo é uma “dama”: a mulher, a carreira e as relações familiares. In: _____. *Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003. p. 57-77.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C. *et al.* (Org.). *Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SARTI, C. A. O valor da família para os pobres. In: _____. RIBEIRO, I.; RIBEIRO, A. C. (Org.). *Famílias em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola, 1995. p. 131-150.

_____. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

Leila Sanches de Almeida

SZYMANSKI, H. Teorias e “teorias” de famílias. In: _____. CARVALHO, M. C. B. (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC, 1997.

VALSINER, J. *Culture and the Development of Children's Actions*. Great Britain: John Wiley & Sons, 1987.

VELHO, G. *Parentesco, individualismo e acusações. Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1987.

VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e linguagem* (1934). São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Recebido em: março de 2006

Aceito em: julho de 2006